Lusíada
Repositório das Universidades Lusíada

Universidades Lusíada

Tavares, João António de Mendonça Vieira Lopes, 1991-

A perspetiva de Franco Nogueira sobre o imperialismo alemão

http://hdl.handle.net/11067/7482
https://doi.org/10.34628/D6TF-N324

Metadata

Issue Date 2023

Abstract Tendo como ponto de partida a monografia Subsídio para uma síntese crítica do imperialismo político da Alemanha da autoria do embaixador Alberto Franco Nogueira (1918-1993), e considerando as orientações de política externa da Alemanha, procuramos explicar o porquê de o imperialismo tradicional alemão persistir na política externa alemã, após a queda do Império Alemão? Pretendemos com esta investigação é evidenciar que, apesar da rutura política efetuada pela República de Weimar em relação ao re...

Taking as a starting point the monograph Subsidy for a critical synthesis of political imperialism in Germany by ambassador Alberto Franco Nogueira (1918-1993), and considering Germany's foreign policy orientations, we seek to explain why traditional German imperialism persists in German foreign policy, after the fall of the German Empire? Our intention with this investigation is to show that, despite the political rupture made by the Weimar Republic in relation to the Kaiser's regime, German im...

Publisher Universidade Lusíada Editora

Keywords Nogueira, Alberto Franco, 1918-1993 - Crítica e interpretação, Nogueira, Alberto Franco, 1918-1993 - Visão política e social, Imperialismo - Política governamental - Alemanha - História, Alemanha - Relações externas, Alemanha - Política e governo - 1933-1945

Type article

Peer Reviewed yes

Collections [ILID-CEJEIA] Polis, s. 2, n. 08 (Julho-Dezembro 2023)

This page was automatically generated in 2025-04-19T00:30:38Z with information provided by the Repository

http://repositorio.ulusiada.pt

A perspetiva de Franco Nogueira sobre o imperialismo alemão

Franco Nogueira's perspective about German imperialism

João Tavares
Doutorando em Relações Internacionais pela NOVA FCSH
Email: a2022117390@campus.fcsh.unl.pt
ORCID: 0000-0002-3764-8797
DOI: https://doi.org/10.34628/D6TF-N324

Sumário

Introdução.
1. A leitura de Franco Nogueira sobre a ideia de imperialismo alemão.
2. A continuação da ideia imperial alemã na política externa nazi.
Conclusão.
Referências bibliográficas.

Resumo: Tendo como ponto de partida a monografia *Subsídio para uma síntese crítica do imperialismo político da Alemanha* da autoria do embaixador Alberto Franco Nogueira (1918-1993), e considerando as orientações de política externa da Alemanha, procuramos explicar o porquê de o imperialismo tradicional alemão persistir na política externa alemã, após a queda do Império Alemão? Pretendemos com esta investigação é evidenciar que, apesar da rutura política efetuada pela República de Weimar em relação ao regime do Kaiser, o imperialismo alemão enquanto ideia não se extinguiu. A mesma ideia imperial esteve presente na política externa da República de Weimar e permaneceu presente na política externa da Alemanha nazi, uma vez que estava em causa a personalidade coletiva da nação alemã, sendo irrelevante se o Estado alemão era uma monarquia constitucional federal sob a Casa de Hohenzollern, ou se era uma república semipresidencial federal democrática, ou se era um regime totalitário governado por Adolf Hitler e do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães.
Palavras-chave: Franco Nogueira; Imperialismo; Império; Política Externa Alemã; Alemanha.

Abstract: Taking as a starting point the monograph *Subsidy for a critical synthesis of political imperialism in Germany* by ambassador Alberto Franco Nogueira (1918-1993), and considering Germany's foreign policy orientations, we seek to explain why traditional German imperialism persists in German foreign policy, after the fall of the German Empire? Our intention with this investigation is to show that, despite the political rupture made by the Weimar Republic in relation to the Kaiser's regime, German imperialism as an idea did not become extinct. The same imperial idea was present in the foreign policy of the Weimar Republic and remained present in the foreign policy of Nazi Germany, since the collective personality of the German nation was at stake, and it was irrelevant whether the German State was a federal constitutional monarchy under the House. of Hohenzollern, or whether it was a democratic federal semi-presidential republic, or whether it was a totalitarian regime ruled by Adolf Hitler and the National Socialist German Workers' Party.
Keywords: Franco Nogueira; Imperialism; Empire; German Foreign Policy; Germany.

Introdução

Em 1942, em plena Segunda Guerra Mundial, o então diplomata Alberto Franco Nogueira (1918-1993), elaborou o seu primeiro relatório anual, o qual designou como *Subsídio para uma síntese crítica do imperialismo político da Alemanha*, onde efetuou um breve levantamento histórico sobre a génese da ideia imperial da nação alemã, e ao mesmo tempo, realizou uma análise evolutiva da política externa alemã, em formato de monografia, no que é uma evidência clara da presença da *realpolitik* no seu pensamento político (Tavares, 2023b; Tavares, 2020; Pinto, 2013).

Neste relatório, Franco Nogueira, já como Adido de Legação, revela uma sensibilidade apurada em relação ao contexto histórico do povo alemão, que recorre para contextualizar os sentidos imperiais das grandes potências europeias, tendo em especial atenção aos "papéis destacados da França e da Alemanha e os antagonismos continentais face ao crescente poderio insular da Grã-Bretanha" (Brandão, 2004, p. 14).

De acordo com o referido relatório, Franco Nogueira entende que a política externa alemã é coerente, uma vez que a ideia imperial alemã não é espontânea, e tem "uma tradição de continuidade na sua política externa" (Nogueira, 2004, p. 105), independentemente das condicionantes domésticas ou externas, e da ideologia dominante da classe política dirigente, ou mesmo da tipologia do regime político em vigor. Ou seja, a política externa alemã será sempre a mesma, independentemente da Alemanha ser uma monarquia constitucional

federal sob a dinastia reinante da Casa de Hohenzollern, ou de ser uma república semipresidencial de cariz federal e democrático, relativamente à República de Weimar, ou de ser um regime totalitário de um partido único, cuja governação do Estado estava centralizada no seu *Führer*, porque o que está em causa não é a personalidade do líder político alemão, ou o tipo de regime, mas sim a personalidade coletiva da nação alemã e a tendência imperialista germânica, cuja tese encontra semelhantes com o caso do imperialismo russo (Tavares, 2023a; Nogueira, 2004), visando a dominação hegemónica do continente europeu, com aplicação efetiva de todos os recursos disponíveis do Estado alemão.

Nesta monografia, o autor alerta para o facto de "uma eventual vitória do imperialismo germânico traria, provavelmente, um desvio dos centros vitais da Europa do Atlântico e do Mediterrâneo para o Mar do Norte e para o Mar Báltico" (Nogueira, 2004, p. 106), não deixando de presumir, em caso de derrota militar alemã, a possibilidade de se assistir à "transformação do imperialismo germânico de militarista e agressivo em financeiro e mercantilista: à hegemonia política sucederia a económica" (*ibidem*). Tendo em consideração o contexto histórico e geopolítico, e a sua respetiva evolução, Franco Nogueira foi capaz de antecipar um futuro papel para a Alemanha numa ordem mundial pós-Segunda Guerra Mundial, ao facultar ao leitor uma perspetiva realista do imperialismo alemão e a postura revisionista de cariz expansionista da Alemanha nazi perante o sistema internacional do Tratado de Versalhes.

Tal como é comprovado pela História, de acordo com o autor do relatório anual em questão, desde os tempos da Prússia sob Bismark, transitando depois para o Império Alemão, e a República de Weimar, até chegar à Alemanha nacional-socialista, no qual podemos verificar que, em ambos períodos históricos, o Estado alemão manteve o seu comportamento imperial independentemente da sua encarnação estadual, e sempre condicionado pelos seus constrangimentos internos e a pressão sistémica (Nogueira, 2004).

Tendo esta monografia da autoria de Franco Nogueira como ponto de partida, procuramos explicar o porquê da ideia imperial alemã persistir durante a existência do regime nazi?

1. A leitura de Franco Nogueira sobre a ideia de imperialismo alemão

De acordo com Franco Nogueira, após o desaparecimento do Império Romano, "surge um mundo europeu, caótico de início, no futuro sucessivamente melhor organizado" (Nogueira, 2004, p. 58) que era dominado pela força do imperialismo cristão, simbolizado pela Igreja Católica Romana. E desde então, o continente europeu como palco dominante do sistema internacional tem sido sempre alvo de dominação hegemónica por parte de uma grande potência, uma vez que "a Europa, como Sistema Histórico, tem sido sempre representada por um imperialismo" (*ibidem*) e pelo conflito entre os vários imperialismos existentes da Europa continental, como o espanhol, o francês e o alemão, e o imperialismo da Europa marítima, representado por Inglaterra. Como nota o autor, "não diverge profundamente da de há séculos a luta política e militar que as nações da Europa hoje conduzem. Nem os processos atualmente adotados nem os fins que se pretendem assinalam àquela luta um carácter novo" (Nogueira, 2004, p. 61). A política europeia sempre foi palco entre os conflitos imperiais de vários Estados, e teve origem "após a formação do reino francês e da concretização, em face dele dos Estados germânicos" (*ibidem*), tendo o panorama da política europeia sido caracterizado pelo conflito franco-germânico.

Historicamente, a Alemanha não existia enquanto Estado-Nação, sendo nação fragmentada em vários Estados germânicos existentes no continente europeu, em oposição do reino franco, "desde o Estado de reino informe com limites mal definidos até à construção das suas fronteiras naturais, não foi breve nem fácil o caminho percorrido" (*ibidem*), tendo assistido ao aparecimento de uma ameaça hostil vindo da região germânica, como consequência da sua expansão fronteiriça, que perturbou o equilíbrio da balança de poderes no continente europeu.

A dinastia dos Capetos pretendeu "conservar sobre a política interna da Germânia, por meio de intervenções ostensivas ou indiretas, uma nítida fiscalização" (Nogueira, 2004, p. 62), tendo como propósito assegurar estabilidade e segurança para a França, uma vez que a ameaça não era percecionada da mesma forma pelas restantes formações políticas da Europa continental, "especialmente para a Santa Sé, não constituía evidência o perigo de uma Alemanha unida e forte" (*ibidem*).

Todavia, o Reino da França revelou-se mais estável politicamente do que o Sacro Império Romano Germânico e os seus vários Estados, sendo o primeiro um regime monárquico de cariz hereditário, enquanto o segundo era um regime monárquico de pendor eletivo e heterogéneo. O que permitiu o primeiro a consolidar a sua posição interna, viabilizando as bases para a cimentação do Estado e da nação francesa, enquanto o segundo contava com a desvantagem do carácter eletivo monárquico do seu regime político. Sendo essa desvantagem benéfica para o trono francês, era imperativo impedir qualquer entendimento entre as principais famílias reais da Germânia, de modo a evitar a conversão da monarquia eletiva para uma monarquia hereditária, e ao mesmo tempo, bloquear a unidade alemã. Como observa Franco Nogueira (2004, p. 62), "foi neste quadro que a luta franco-germânica se prolongou", e vai servir de base para fomentar a rivalidade franco-germânica no século XIX e XX.

A Guerra dos Trinta Anos representou um paradoxo na política europeia (Duroselle, 2013), "enquanto marcou o nascimento do sistema de Estados modernos, na Europa, através da constituição de Estados soberanos, a mesma data representou para os alemães, o adiamento (…) do seu próprio projeto de soberania política, já que da guerra resultou a permanência de várias pequenas entidades políticas alemãs que careciam de um centro unificador" (Daehnhardt, 2015, p. 65).

Foi preciso de esperar pelas consequências da Revolução Francesa (1789–1799) que vai dar origem à aventura imperial de Napoleão Bonaparte, que "via a unidade da Europa impondo-se ao mundo como um todo sob a orientação da França" (Nogueira, 2004, p. 63), cuja ambição imperial consistia "em fazer coincidir a unidade geográfica europeia com uma unidade política, económica e cultural" (*ibidem*).

Porventura, a derrota do Império Francês sob Napoleão Bonaparte e a reorganização do sistema internacional foi chancelada pela realização do Congresso de Viena (1814-1815), no qual a Europa continental assistiu à derrota do imperialismo francês e a vitória do imperialismo inglês, e ao mesmo tempo, emergem

a questão das nacionalidades no continente europeu, que ameaçavam colocar em causa as fronteiras geográficas dos Estados europeus. "Mas, sucumbida a França, um outro povo ia pretender retomar através do imperialismo a representação da Europa: esse povo seria o povo alemão" (Nogueira, 2004, p. 66), após a Guerra Franco-Prussiana (1870-1871), no qual o Reino da Prússia, sob a liderança do Chanceler Otto Von Bismark, derrotou o Império Francês de Napoleão III.

Como consequência da derrota francesa, o equilíbrio da balança de poderes no continente europeu mudou de forma radical. A nação francesa "encontrou apenas a energia suficiente para confessar ao mundo que abdicava e que desejava viver doravante mediocremente, sem sonhos, nem ambições" (Nogueira, 2004, p. 66), o que representava mais uma derrota da ideia imperial francesa. Ao mesmo tempo, a Prússia emergiu como potência imperial diretora no seio do bloco dos Estados germânicos, o que contribuiu para a unificação alemã sob a égide da Casa de Hohenzollern, dando origem ao Império Alemão, como o Estado-Nação representante dos povos germânicos, excluindo a Áustria desse processo, que também tinha sido derrota pela Prússia na Batalha de Königgrätz (1866), e como consequência dessa fusão estatal, surge uma nova ideia imperial na Europa continental, condicionada pelas razões históricas e geográficas, que vai rivalizar com o imperialismo inglês, e essa ideia imperial vai dar origem ao imperialismo alemão.

Após a unificação alemã, Bismark levou a cabo uma política externa alemã de pendor imperial e defensiva, tendo em vista assegurar a integridade territorial do recém-formado Império Alemão, no qual procura manter ativas as divergências entre as principais grandes potências europeias, por intermédio do seu sistema de alianças, que ficou como sistema bismarckiano, que visava assegurar que o equilíbrio da balança de poderes europeu conquistado após a derrota francesa se mantivesse. Ou seja, o Chanceler de Ferro pretendia preservar o *Reich* de uma nova guerra continental europeia, e isolar a França no sistema internacional.

Em 1879, a sua visão da ideia imperial alemã concretizou-se, através do seu sistema de alianças, no qual começou primeiro por fazer uma aliança com Viena, mais tarde, procurou celebrar pactos semelhantes, com Itália e à Rússia, não deixando de alimentar as divergências entre a Rússia e a Áustria. Esta atitude era justificada pela necessidade de manter a paz europeia, de modo a evitar um conflito armado de duas frentes. A corrida à África transformou-se uma oportunidade para a Alemanha assumir o papel de árbitro, num momento em que as grandes potências europeias "prepararam-se para debater entre si conflitos de interesse e lutas de prestígio" (Nogueira, 2004, p. 69), sendo "lícito (…) afirmar que para Bismark a política colonial foi mais um elemento de negociação diplomática do que um fim em si. E o momento mais alto que essa política atingiu é constituído pelo Congresso de Berlim" (Nogueira, 2004, p. 69-70) de 1878, que deu a Alemanha um triunfo político, no qual a Inglaterra conseguiu a posição que pretendia no continente africano, "e as facilidades concedidas por Bismark à Grã-Bretanha na questão do Egipto tornaram impossível uma entente entre a França e a Inglaterra" (Nogueira, 2004, p. 70).

"Franco Nogueira foi capaz de antecipar um futuro papel para a Alemanha numa ordem mundial pós-Segunda Guerra Mundial, ao facultar ao leitor uma perspetiva realista do imperialismo alemão e a postura revisionista de cariz expansionista da Alemanha nazi perante o sistema internacional do Tratado de Versalhes"

Analisando a atividade diplomática do Império Alemão no Congresso de Berlim, Franco Nogueira observa que o desinteresse de Bismark sobre o continente africano era justificado pelo facto do foco do imperialismo alemão ser a Europa, o que explicava o esforço alemão em desviar as atenções das principais potências europeias para África, evitando tomar partidos que pudessem antagonizar Londres (Nogueira, 2004). Aliás, tal como se pode confirmar com a posição alemã no ultimato britânico contra o Reino de Portugal, a política externa alemã sob Bismark manter as divergências entre as principais grandes potências europeias, de forma a manter o cerco da França assegurado, neutralizando qualquer ameaça contra Alemanha, dentro da Europa continental, e ao mesmo tempo, assegurar que a atenção inglesa permanece fora do Velho Continente.

Ao mesmo tempo, Bismark procurou manter o Império Alemão fora do continente africano, até haver necessidade de satisfazer os empresários alemães sobre o acesso alemão às matérias-primas, e a exigência doméstica de que o Império Alemão também tem direito a ter um império colonial digno do seu estatuto de grande potência no sistema internacional. Esta visão imperial africana vai representar um dilema com a visão imperial de Bismark, no qual favorece a Europa como seu espaço de atuação, no qual podemos verificar uma vitória da visão imperial alemã do *Lebensraum* e da *Mitteleuropa* em relação à visão imperial alemã do *Mittelafrika* (Smith, 1989; Lowe, 2013).

O sistema bismarkiano termina com a sua saída do poder, em 1889, quando o Guilherme II, mal assumiu o trono, dispensou o velho Chanceler de Ferro das suas funções. Mas a ideia imperial alemã que estava presente na visão da *Realpolitik* bismarkiana, assente no equilíbrio da balança de poderes, transitou para a *Weltpolitik*, a nova estratégia imperialista do jovem *Kaiser*, que se revelou mais agressiva, responsável pela estimulação e agravamento do conflito entre a Alemanha e os restantes Estados europeus, em especial a França e a Inglaterra, sendo considerado um dos percursores da crise diplomática que vai culminar com a eclosão da Primeira Guerra Mundial,

que vai terminar com a derrota do Império Alemão, cuja a paz de Versalhes vai ser assinada pelos republicanos de Weimar, mas o fim da monarquia alemã sob a Casa dos Hohenzollern não representa o fim da ideia imperial alemã na política externa alemã.

Segundo Franco Nogueira (2004), o imperialismo alemão não terminou com a derrota alemã na Primeira Guerra Mundial, a mesma ideia imperial alemã vai permanecer na próxima encarnação estatal da Alemanha.

Na Alemanha de Weimar, "não foi (…) pacífica a instalação da social-democracia no poder" (Nogueira, 2004, p. 78), em 1910. No meio do caos da vida política alemã, marcada pelas consequências da Paz de Versalhes, duas entidades integrantes da administração pública do Estado central alemão conseguiram manter-se imunes, que foram o Estado-Maior do Exército e o Ministério dos Negócios Estrangeiros. Como observa Franco Nogueira (2004, p. 77), "a vitalidade destes dois corpos pareceria simbólica: a força armada apoiaria no futuro a política externa triunfante", o que prova a existência da ideia imperial alemã no pensamento político dos dirigentes da República de Weimar.

Após a capitulação, a Alemanha sofreu muito com a crise económica que atingiu o mundo, cuja situação interna foi agravada pelo "choque psicológico derivado da derrota, a dificuldade de transferências, a perturbação trazida pelo desmembramento" (Nogueira, 2004, p. 78) de partes territoriais do anterior Império Alemão. Igualmente contribuíram "a inexperiência dos sociais-democratas, as desordens comunistas os planos fantasistas de Wissel e Hilferding. E o pagamento de grossas somas aos aliados, devidas como reparações, conclui a catástrofe financeira" (*ibidem*). No entanto, a Alemanha conseguiu sair do isolamento forçado, graças à celebração do Tratado de Rapallo, "raros se aperceberam do extraordinário alcance do Tratado" (Nogueira, 2004, p. 78), que vai servir para preparar o terreno para o retorno da ideia imperial alemã na política externa da República de Weimar.

Foi preciso de esperar pelo aparecimento de uma nova personalidade na política doméstica da Alemanha de Weimar que fosse capaz de atuar e liderar a nação alemã, de forma decisiva, e essa pessoa foi Gustav Stresemann, que foi responsável por esboçar uma resposta contra o caos da política interna, no qual "a autoridade civil em toda a Alemanha passa, assim, a estar subordinada ao Estado-Maior" (Nogueira, 2004, p. 79), o que contribuiu para a saída dos sociais-democratas do governo, mas ao mesmo tempo, permite Stresemann a levar a cabo uma reforma do governo, "apoiado na Força Armada empreende uma alteração radical de toda a política interna e externa" (*ibidem*) da Alemanha, na qual a Alemanha assume uma postura de uma potência revisionista no sistema internacional.

Sob a liderança de Stresemann, que estava "constrangido a negociar em nome de uma nação derrotada" (*ibidem*), a Alemanha de Weimar conseguiu regressar à arena da política internacional, graças à sua admissão à Sociedade das Nações (SDN). E a partir dessa vitória, procurou avançar na sua ação diplomática, através da qual consegue assegurar "o abandono da Renânia pelos aliados; o apoio da Inglaterra a algumas teses anti-francesas e anti-polacas; a adesão da Rússia e da Itália ao bloco das nações revisionistas" (*ibidem*), que vai ajudar Stresemann a conseguir negociar o Pacto de Locarno com a França que resolvia a questão fronteiriça do Reno. No entanto, recusou fazer um acordo semelhante com a Polónia, por considerar que os compromissos existentes da SDN, foram "invalidados pela iniciativa francesa de negociar com o Reich o Locarno ocidental. De resto, a Polónia, com esta mesma base, não aceitou qualquer garantia de terceiras potências para as suas fronteiras com a Alemanha" (Nogueira, 2004, p. 80). Stresemann prosseguiu com a sua política, promovendo "uma agitação permanente mantida nos territórios polacos da fronteira; com o estímulo à Rússia e Lituânia nas suas atividades anti-polacas, conseguiu o Governo alemão enfraquecer toda a política externa do Governo de Varsóvia. E nesta base de surda inimizade se mantiveram as relações germano-polacas" (*ibidem*), numa alusão do interesse alemão em quer manter a porta aberta para resolver a situação na Europa de Leste nos seus termos.

As atitudes tomadas de acordo com a política externa alemã sob Stresemann visavam assegurar a integridade territorial alemã existente, desta forma, procurando alterar o *statu quo* imposto por Versalhes, e resolver as questões fronteiriças pendentes. Ao mesmo tempo, Stresemann manteve a esperança de recuperação dos territórios que tinham sido retirados ao *Reich*, como consequência da derrota alemã na Primeira Guerra Mundial, evidenciando, desta forma, através da política externa alemã, uma continuação de uma ideia imperial alemã sob uma postura de potência revisionista no sistema internacional, sem procurar voltar a ser uma potência expansionista. Os seus sucessores no executivo da República de Weimar deram continuidade à sua estratégia.

Para todos os efeitos, a Alemanha de Weimar tinha conseguido "a derrogação sistemática do Tratado de Versalhes: garantia das fronteiras ocidentais; evacuação antecipada da Renânia; abolição do pagamento da indemnização de guerra (…) Restavam as cláusulas territoriais" (*ibidem*), que seriam objetivo de revisão quando Hitler conseguiu conquistar a Chancelaria alemã, pela via democrática.

2. A continuação da ideia imperial alemã na política externa nazi

Como nota António Louçã (2004, p. 79), "com o fim da Primeira Guerra Mundial, a Alemanha passara rapidamente da euforia de Brest-Litovsk à humilhação de Versalhes", mas a derrota alemã na Primeira Guerra Mundial não ditou o fim da ideia imperial alemã na política externa da República de Weimar, tendo permanecido na política externa alemã, e sido desenvolvida tendo em vista a prossecução dos seus interesses dentro do seu espaço territorial, condicionada pelos constrangimentos domésticos e externos, sem ignorar a geopolítica. A sobrevivência do Estado alemão e a defesa do espaço vital permanecem como as principais preocupações que nortearam a política externa nazi (Fernandes, 2011).

Se a Alemanha de Weimar tinha estado a tentar revogar as restrições impostas pelos vencedores, sem colocar em causa a essência do *statu quo* do sistema internacional, o Partido Nazi sob Hitler já procurou ir mais longe, e colocar em causa a ordem mundial decretada pelo Tratado de Versalhes, tendo em vista o cumprimento dos mesmos objetivos estratégicos, concebidos sob a mesma visão imperial, que visavam "a rejeição do que se encontrava consignado no Tratado de Versalhes e o desejo de uma Alemanha maior" (Fernandes, 2011, p. 281). Ou seja, mais do que uma potência revisionista, a Alemanha de Hitler assumiu uma postura expansionista, semelhante ao que foi a França

napoleónica, procurando restaurar a Grande Alemanha, em sintonia com *Lebensraum*, a tese geopolítica do espaço vital, da autoria de Friedrich Ratzel, o que marcar a dominância da *Mitteleuropa* na ideia imperial alemã.

Para além disso, mais do que uma mera postura revisionista, a Alemanha nacional-socialista recua assumir responsabilidade internacional do papel imposto pelos vencedores da Primeira Guerra Mundial e assume uma postura expansionista no sistema internacional (Daehnhardt, 2014), o que contribuiu para a Alemanha abandonar a SDN, e como consequência dessa saída, o governo nazi prosseguiu com o rearmamento do Estado alemão, e ao mesmo tempo, avançou com a reclamação dos territórios alemães que foram retirados pelas grandes potências através da celebração do Tratado de Versalhes, como o território do Sarre (Duroselle & Kaspi, 2014).

Perante a falta de credibilidade ao sistema de segurança coletiva idealizado pela visão do Presidente Woodrow Wilson, e a aparente inação das grandes potências europeias, "será pela Áustria que a Alemanha começa a sua política externa de anexar ao *Reich* os territórios de população alemã. Seguir-se-lhe-ia a Checoslováquia; a ação germânica na Polónia fora monumentalmente suspensa com o pacto de não-agressão negociado em 26 de janeiro de 1934" (Nogueira, 2004, p. 84).

Apesar da geopolítica condicionar o comportamento dos Estados no sistema internacional, Taylor (1967) argumenta que Hitler foi um líder político que personificou a ideia imperial alemã manifestada pela própria nação alemã, no qual o líder nazi defendia que "a nação alemã deveria conquistar territórios férteis em matérias-primas e posições estratégicas a Leste, grosso modo à custa das regiões europeias da União Soviética" (Varajidás, 2023, p. 182), o que reconfirma a presença da *mitteleuropa* no imperialismo alemão sob Hitler (Smith, 1989).

Em 15 de março de 1935, ocorreu um agravamento de tensões com o governo de Paris, em reação ao rearmamento alemão, decide prolongar a duração do serviço militar. "A réplica alemã é imediata: restabelece o serviço militar obrigatório que tinha sido proibido pelo tratado de 1919. A decisão do governo alemão rompia o equilíbrio europeu" (Nogueira, 2004, p. 87), o que contribuiu para as principais grandes potências do Velho Continente se reunirem na frente de Stresa, numa tentativa de assegurar a manutenção de paz no continente europeu.

"Com base na lente realista de Franco Nogueira, a guerra da Ucrânia e o alargamento da União Europeia para a Europa de Leste, inevitavelmente, irão reconfirmar a regresso da Alemanha como um dos centros geopolíticos da Eurásia"

Hitler, tal como Bismark e Stresemann, reagiu à tentativa do cerco alemão pelas França e a Grã-Bretanha, as duas grandes potências dominantes no Velho Continente, no qual "acrescentava a insistência no desejo de colaboração do *Reich* desde que em igualdade de direito lhe fosse concedida. E concluía pela proposta de um pacto de não-agressão e por um acordo de limitação de armamentos" (Nogueira, 2004, p. 88).

A campanha italiana na Etiópia representa uma brecha na frente de Stresa, na qual Hitler aproveitou a oportunidade para incentivar Itália em avançar com o seu empreendimento imperial em África, tendo oferecido ajuda técnica e apoio diplomático, para obrigar os poderes da *Entente Cordiale* a desviar as suas atenções da Europa, uma vez que com a conquista italiana da Abissínia assegurou a emergência de uma "ameaça sobre o curso do Alto-Nilo e do cerco do Egipto; da quase inutilização do Canal do Suez; da eventual interrupção do caminho imperial das Índias" (Nogueira, 2004, p. 88), o que colocava em causa a segurança do Império Britânico.

Tendo Londres e Paris insistindo em compactuar com o totalitarismo comunista, a Alemanha nazi e a Itália fascista esboçaram o eixo Roma-Berlim, como uma barreira ao imperialismo ideológico da Rússia soviética, que seria cimentada após a militarização alemã da Renânia que surpreendeu os franceses, que para salvar as aparências, procedem com a ocupação da linha de fortalezas da fronteira.

A Guerra Civil de Espanha e o conflito entre China e Japão perturbaram a política europeia, mas tal não desviou a Alemanha nazi dos seus desígnios geopolíticos e imperialistas no Velho Continente, como evidencia o autor:

> "Na esfera da Europa central, a Alemanha distingue três campos de ação diferentes: Áustria, Checoslováquia e Polónia; na Europa sul-oriental e no Próximo Oriente, separavam-se as zonas de influências nos Balcãs e na Turquia. Em todos estes sectores, dispõe o Reich de poderosos meios de ação: a sua posição geográfica; a sua organização perfeita; o seu dinamismo crescente." (Nogueira, 2004, p. 90).

Desta forma, a primeira vitória da ideia imperial alemã presente na política externa nacional-socialista começou com a anexação da Áustria pela Alemanha. E a segunda vitória aconteceu com o desmembramento da Checoslováquia, por causa da anexação da região dos Sudetas, onde habitavam uma quantidade de considerável de cidadãos alemães, sendo que o governo de Praga, "com uma política que oscilava entre as concessões e a intransigência, não conseguiu dominar a situação" (Nogueira, 2004, p. 91).

A contínua tentativa de apaziguamento dos governos de Paris e de Londres sobre Hitler conduziu à celebração do Acordo de Munique, como nota Franco Nogueira:

> "Por este Pacto dos quatro, que representava a efetivação de uma velha ideia italiana, a Alemanha satisfazia todas as ambições do momento. As regiões da Checoslováquia habitadas pelos Sudetas eram incorporadas no *Reich*; as democracias inglesa e francesa confessavam a sua impotência e a sua derrota diplomática; a Rússia era afastada da cena política da Europa" (Nogueira, 2004, p. 92)

Tendo como objetivo assegurar a expansão para o Leste da Europa, as divergências entre a Alemanha e a Polónia foram pretexto para

a eclosão da guerra, tendo em vista o cumprimento das revendições de Hitler sobre o corredor de Dantzig, visando o estabelecimento da ligação terrestre entre o território de Dantzing e o resto do *III Reich*, e através deste diferendo "se forjou toda uma política geral da Europa. Três, porém, são os acontecimentos diplomáticos capitais que se devem enumerar: o Pacto italo-alemão; o Pacto germano-soviético; o Pacto anglo-polaco. E foi, na verdade, sob o signo destes três instrumentos que se iniciou" (Nogueira, 2004, p. 93) a Segunda Guerra Mundial, após a invasão germano-soviética sobre a Polónia, o que obrigou a França e a Grã-Bretanha declararem formalmente a guerra à Alemanha nazi.

"Após a derrota da Polónia e da França, e da entrada da Itália no conflito, em cumprimento do estipulado no Pacto de Aço, o Reich atacou a Rússia" (Nogueira, 2004, p. 95), inaugurando uma frente leste da guerra. Numa primeira fase da guerra, a Alemanha teve sucesso em assegurar ocupação continental militarmente, exceto na Suécia, na Suíça, Portugal, Espanha e Turquia. Com a entrada dos EUA, o rumo da guerra mudou, e os Aliados conseguiram derrotar a Alemanha nazi e os seus aliados.

Como consequência da derrota alemã na Segunda Guerra Mundial, veio a derrota da ideia imperial alemã existente na visão ideológica do nacional-socialismo personificada por Adolf Hitler e pelo Partido Nazi.

Conclusão

Como observa Brandão (2004, p. 15), "mercê de uma escrita clara e fluida, (…) Franco Nogueira compõe um quadro historicamente factual, criticamente analisado e, crê-se, bastante bem conseguido", naquela que foi a primeira prova para apreciação superior, depois dos exames do concurso do Ministério dos Negócios Estrangeiros, presidido pelo embaixador Luís Teixeira de Sampaio, o então secretário-geral do Ministério e braço-direito de Salazar na política externa portuguesa.

O diplomata Franco Nogueira afirma na sua monografia que "desde os tempos heróicos de Federico, o Grande, que o povo alemão despertou organizadamente para a guerra. O seu sistema militar e as suas doutrinas estratégicas lançaram a primeira base. Posteriormente aperfeiçoadas; depois subsumidas mesmo" (Nogueira, 2004, p. 99), desta forma, evidenciando a existência de uma tradição militar e uma conceção autónoma de conduzir a guerra, como continuação da política por outros meios.

O imperialismo alemão sob Bismark tem uma continuidade nas encarnações estatais alemãs seguintes (Wehler, 1970; Baumgart, 1987), uma vez que a Alemanha na forma da sua política externa surge como resultado de uma guerra, e condicionada pela sua localização geográfica, sendo o seu comportamento justificado pela sua natureza geopolítica.

Quando Hitler chegou ao poder, "proclamou os mesmos objectivos que a diplomacia weimariana, mas começou a preparar-se para alcançá-los por meios militares" (Louçã, 2004, p. 95). E "ao principiar a sua ação externa, o nacional-socialismo apresenta desde logo uma reivindicação inequívoca: a Alemanha deve obter a igualdade de direitos em relação às demais potências" (Nogueira, 2004, p. 83). Perante essa recusa, a Alemanha decide abandonar a SDN, em 14 de outubro de 1933, o que simbolizou o princípio do fim da ordem mundial de Versalhes (Hawes, 2019). Ao mesmo tempo, numa demonstração de força política decidiu dissolver o *Reichstag*, e avançou para umas novas eleições, que viriam a ser um triunfo esmagador para Adolf Hitler e o nacional-socialismo com 95% do povo alemão a validar a liderança nazi, e ao mesmo tempo, testemunhamos uma radicalização da ideia imperial alemã por causa da ideologia nacional-socialista (Baranowski, 2011, p. 207).

Como observa Franco Nogueira, (2004, p. 83) "Hitler poderia afirmar (…) que a sua política não era individual: era a política exigida por todo o povo alemão".

Apesar do Império Alemão, não ser a mesma coisa que a República de Weimar ou mesmo Alemanha nazi, no entanto, ambos são encarnações estatais da Alemanha. Na ótica de Franco Nogueira, a Alemanha não deixa de ser a Alemanha, independentemente das suas configurações políticas, uma vez que "figuras como Bismark, Guilherme II e Stresemann imprimiram uma tradição de continuidade da política externa alemã. Daí merecerem atenção particular e indispensável à compreensão do caminho trilhado até àquele momento" (Brandão, 2004, p. 15), sendo o Bismark "o criador de uma doutrina política imperial.

Mas a grandeza do Chanceler de Ferro não está em a ter criado; reside, antes, na justeza com que a formulou" (Nogueira, 2004, p. 99). E o autor acrescenta que "essa doutrina afeiçoou-se tanto às realidades e foi, por outro lado, tão maleável que ainda hoje a orientação bismarckiana é a orientação dos chefes do *III Reich*. Bismark, Stresemann, Hitler – seguem o mesmo pensamento com a utilização, em substância, de processos análogos. A isto podemos chamar tradição política" (Nogueira, 2004, p. 99-100), o que é confirmado por Brandão (2004, p. 15), quando afirma que "Hitler consubstancia métodos imperiais semelhantes aos utilizados pelos seus antecessores. Por isso, como afirma o autor, não estará em causa a personalidade do *Führer*, mas a de todo um povo, tomado coletivamente".

Portanto, não é de surpreender quando a Alemanha nazi se avizinhava perante uma derrota desastrosa, em 1945, se ouvia dizer que o povo alemão preferia um fim com horror a um horror sem fim (Kershaw, 2012). Estas duas tradições juntas formam a "estrutura em que repousam as ambições imperiais alemãs" (Nogueira, 2004, p. 100), cujo aspecto encontra semelhanças com os outros imperialismos que o Velho Continente experienciou, como o francês e o inglês, não havendo diferença entre si (Nogueira, 2004).

De acordo com a lógica realista, a existência de uma política imperial alemã é, na realidade, a ideia imperial alemã tradicional, que sempre existiu desde o tempo de Bismark, e que continuou após a queda da Alemanha nazi, até aos dias de hoje, sob outras orientações estratégicas.

O próprio Franco Nogueira (2004, p. 105) afirma, na síntese do seu relatório anual, que "não parece acertado estabelecer distinção entre o governo alemão e o povo alemão. Os métodos de Hitler são idênticos aos de todos os seus antecessores. Só o deixariam de ser no dia em que o povo alemão perdesse o seu sentido imperial".

Para o diplomata, no decorrer do ano de 1943, uma possível vitória do imperialismo alemão poderia ocorrer, e caso tal acontecesse, existia a possibilidade dos principais centros vitais europeus se transferirem do Oceano Atlântico e do Mar Mediterrâneo para o Mar do Norte e para o Mar Báltico, e ao mesmo tempo o imperialismo militarista da nação alemã passaria assumir contornos financeiros e mercantilistas (Nogueira, 2004).

Todavia, apesar da derrota alemã na Segun-

da Guerra Mundial e da divisão da Alemanha pelas duas superpotências hegemónicas da Guerra Fria materializou-se em dois Estados alemães, a República Federal Alemã, que alinhou pelo mundo ocidental, e República Democrática Alemã, que estava inserida no bloco comunista. Ambas Alemanhas partilhavam um desígnio comum do imperialismo alemão, que era a reunificação dois Estados alemães num só, numa alusão da recuperação da sua integridade territorial, que é um passo vital para pavimentar o caminho para a restauração da ideia imperial alemã na política externa.

Para concretizar esse objetivo estratégico, teremos de esperar pela queda do Muro de Berlim, em 1989, e a reunificação alemã, em 1990, para sermos capazes de assistir ao regresso da ideia imperial alemã na política externa da República Federal da Alemanha, com contornos financeiros e mercantilistas, que foram manifestados durante a transformação da Comunidade Económica Europeia para a União Europeia, com especial atenção após a criação da união económica e monetária, assim como da moeda única.

Atualmente, perante a ameaça da Rússia de Putin, o desvio das atenções dos EUA para a região da Ásia-Pacífico, a saída da Grã-Bretanha do centro das decisões comunitárias, e o enfraquecimento francês na Europa, a Alemanha está a ser obrigada assumir uma nova posição para enfrentar a emergência da multipolaridade no sistema internacional, caracterizada pela rivalidade bipolar entre EUA e a China, condicionada pela geopolítica, e acima de tudo, pelo fim do momento unipolar dos EUA.

Com base na lente realista de Franco Nogueira, a guerra da Ucrânia e o alargamento da União Europeia para a Europa de Leste, inevitavelmente, irão reconfirmar a regresso da Alemanha como um dos centros geopolíticos da Eurásia, contribuindo para uma mutação da ideia imperial alemã na política externa da República Federal da Alemanha, como consequência de o governo de Berlim ser obrigado a assumir uma postura de potência diretora da União Europeia dentro do sistema internacional, em reação à pressão sistémica e à sua situação doméstica e regional, com especial atenção à União Europeia. Para assegurar o cumprimento desse desígnio imperial, podemos verificar a tentativa da Alemanha, sob a liderança do chanceler social-democrata Olaf Scholz, procurar extinguir a regra das decisões tomadas por unanimidade no Conselho Europeu, assim como a introdução da *Zeitenwende*, como atitudes podem ser encaradas como os mais recentes exemplos de uma ideia imperial alemã que faz no seu caminho na atual política externa da República Federal da Alemanha.

Referências bibliográficas

Baranowski, S. (2011) *Nazi Empire: German Colonialism and Imperialism from Bismarck to Hitler*. Cambridge: Cambridge University Press.

Baumgart, W. (1987). *German imperialism in historical perspective*. Universitätsbibliothek Johannes Gutenberg-Universität Mainz.

Brandão, F. C. (2004) "Elementos biográficos". In Nogueira, A. F.; Brandão, F. C. (compil.). *Relatórios Anuais*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros. pp. 9-40.

Daehnhardt, P. (2014) "As origens da Grande Guerra e o estatuto de Grande Potência: o caso da Alemanha". In Relações Internacionais. 42, pp. 79-93.

Daehnhardt, P. (2015) "Alemanha". In *Política Externa – As Relações Internacionais em mudança*. 2º Edição. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 63-98.

Duroselle, J. & Kaspi, A. (2014) *História das Relações Internacionais – de 1945 aos nossos dias*. Tomo II. Lisboa: Texto & Grafia.

Duroselle, J. (2013) *História das Relações Internacionais – de 1919 a 1945. Tomo I*. Lisboa: Texto & Grafia.

Fernandes, M. (2011) "O Papel da Geopolítica na Posição da Alemanha na I e na II Guerras Mundiais". In *Nação e Defesa*. 129. pp. 263-287. https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/7637/1/NeD129_MarisaFernandes.pdf

Hawes, J. (2019) *A Mais Breve História da Alemanha*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Kershaw, I. (2012) *Até ao Fim: Destruição e Derrota da Alemanha de Hitler 1944 – 1945*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Louçã, A. (2004) "Imperialismo alemão, política externa nazi, diplomatas conservadores". In Rodrigues, L. N., & Martins, F. (Eds.), *História e Relações Internacionais: Temas e Debates*. Publicações do Cidehus, pp. 79-95. Doi :10.4000/books.cidehus.160

Lowe, J. (2013) *The Great Powers, Imperialism and the German Problem 1865-1925*. New York: Routledge.

Nogueira, A. F. (2004) "Subsídio para uma síntese crítica do imperialismo político da Alemanha". In Nogueira, A. F.; Brandão, F. C. (compil.). *Relatórios Anuais*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, pp. 56-106.

Tavares, J. (2023a) "A perspetiva de Franco Nogueira sobre o imperialismo russo". In *Revista de Ciência Política 1820*, 6, janeiro-junho, pp. 7-23.

Tavares, J. (2023b) *Franco Nogueira e a política externa portuguesa do Estado Novo*. Coimbra: Editora d'Ideias.

Tavares, J. (2020) *Franco Nogueira e a política externa portuguesa do Estado Novo*. Dissertação de mestrado em Relações Internacionais, Universidade Lusíada – Norte. http://hdl.handle.net/11067/5896

Taylor, A. J. P. (1967) *The Origins of the Second World War*. London: Hamish Hamilton.

Pinto, J. N. (2013) *Portugal: Ascensão e Queda*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Smith, W. D. (1989) *The ideological origins of Nazi imperialism*. Oxford: Oxford University Press.

Varajidás, H. (2023) *A Vertigem Nazi*. Lisboa: Editora Guerra & Paz.

Wehler, H.-U. (1970) "Bismarck's Imperialism 1862-1890". In *Past & Present*, 48, 119–155. http://www.jstor.org/stable/650484